

A expansão dos cursos de formação de professores de Ciências Sociais na região Sul do Brasil

Amurabi Oliveira *

RESUMO

A reintrodução recente da Sociologia nos currículos escolares tem impactado diretamente os cursos de formação de professores de Ciências Sociais, principalmente através da expansão significativa desses cursos. Buscaremos analisar nesse artigo a expansão ocorrida nesses últimos anos nos cursos de Ciências Sociais na Região Sul do país, considerando as particularidades envolvidas nesse contexto. Chamamos a atenção para o fato de que a expansão analisada se deu de forma tardia com relação à tendência mais geral observada no Ensino Superior brasileiro ligada ao processo de institucionalização da Sociologia no currículo escolar, e assentada fortemente no ensino universitário, ainda que se apresente como uma tendência a progressiva presença de instituições privadas e não universitárias.

Palavras-Chaves: Ensino de Sociologia. Formação de Professores de Ciências Sociais. Expansão do Ensino Superior. Sociologia da Educação.

* Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atuando em seu Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Pesquisador do CNPq.

ABSTRACT

THE EXPANSION OF TRAINING COURSES FOR TEACHERS OF SOCIAL SCIENCES IN SOUTERN BRAZIL

The recent reintroduction of Sociology in school curricula has directly impacted the training courses for teachers of social sciences, mainly through the significant expansion of these courses. We seek to examine in this article the expansion occurred in recent years in Social Science courses in the South region of Brazil, considering the particularities involved in this context. We point out the fact that the expansion analyzed occurred belatedly in relation to a more general trend in Brazilian higher education, linked to the institutionalization of sociology in the curriculum process, and mainly settled in university education, even if present as a tendency to progressive presence of private and non-university institutions.

Keywords: Teaching Sociology; Teacher Training of Social Sciences; Expansion of Higher Education; Sociology of Education.

1. Introdução

O advento da lei nº 11.684/08 que introduziu a Sociologia e a Filosofia como disciplinas obrigatórias para todas as séries do Ensino Médio no Brasil criou um cenário particular, marcado pela rápida expansão dos cursos de formação de professores de Ciências Sociais¹, que estavam estagnados pela ausência da Sociologia no currículo escolar². Porém, devemos reconhecer que há uma profunda heterogeneidade posta com relação aos diversos contextos locais, marcada pelas disparidades históricas estabelecidas entre os vários centros de produção do conhecimento, de modo que mesmo havendo pontos de convergência no cenário nacional há de se visibilizar tais idiosincrasias.

1 Dado que a disciplina que consta no currículo do Ensino Médio no Brasil é a Sociologia, mas que a maior parte dos cursos de graduação são denominados de Ciências Sociais, usaremos no decorrer do artigo as duas denominações.

2 Chegou-se mesmo a propor a extinção dos cursos de Ciências Sociais que deveriam ser transformados em Licenciaturas em Estudos Sociais, como indicam os pareceres 713/85 e 233/87 do Conselho Federal de Educação (CFE).

Neste sentido, a região Sul do Brasil mostra-se como um caso singular, dado que nos três Estados que a compõem (Paraná – PR; Rio Grande do Sul – RS; Santa Catarina – SC) a Sociologia foi reintroduzida no Ensino Médio antes da obrigatoriedade em nível nacional, no RS em 1989 (SANTOS, 2004); em SC no ano de 1998 (CORRÊA, 2012); e no PR o cenário mostra-se mais complexo considerando a ação da Universidade Estadual de Londrina ainda nos anos de 1990, que conseguiu com que 30% das escolas londrineses implementassem a Sociologia na parte diversificada de seus currículos (SANTOS, 2011)³.

Sem embargo, como nos aponta a pesquisa de Caridá (2014), esta é a região no Brasil, no que diz respeito ao Ensino de Sociologia, em que há uma proximidade mais efetiva entre as Universidades e as Secretarias Estaduais de Educação, o que se reflete nas propostas curriculares existentes⁴.

Contudo, a introdução da disciplina antes que a maior parte dos Estados brasileiros não fez com que os vários dos dilemas que encontramos em nível nacional desaparecessem nessa região, especialmente no que diz respeito à presença massiva de professores sem a formação inicial em Ciências Sociais lecionando Sociologia.

Busco nesse artigo realizar alguns apontamentos acerca do processo de expansão das licenciaturas presenciais em Ciências Sociais/Sociologia na região Sul do país no período entre 2008 e 2015⁵, apresentando o panorama desse fenômeno. Minha hipótese é que por mais que tais Estados possuam uma legislação que tenha insti-

3 Em 1988 houve a elaboração da Proposta de Reestruturação do 2º grau que fora implementada em 1990, nela a Sociologia não surge como disciplina obrigatória, porém as escolas poderiam implementá-la ou não. Em 1991 ocorreu o primeiro concurso para professores de Sociologia no Estado, e entre 1993 e 1994 houve a elaboração da proposta de conteúdos da disciplina para o 2º grau da rede estadual.

4 Devemos considerar que atualmente encontra-se em discussão no Brasil a proposta de elaboração da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), entretanto ainda encontram-se em vigor as propostas curriculares estaduais.

5 Os dados tomados como referência para quantificar o número de cursos e seu aumento são oriundos do Ministério da Educação, por meio do portal <https://emec.mec.gov.br/>

tucionalizado a Sociologia na Educação Básica ainda entre as décadas de 1980 e 1990, é apenas com a obrigatoriedade posta em nível nacional que esta disciplina angaria uma legitimidade plena, ainda não completamente consolidada, o que afeta diretamente o campo de formação docente.

2. O Cenário das Ciências Sociais no Ensino Superior da Região Sul

As Ciências Sociais como nós a conhecemos hoje no Brasil é um fenômeno relativamente recente, marcado por um percurso singular. Liedke Filho (2005) indica duas grandes etapas dessas ciências no Brasil: a) A Herança Histórico-Cultural da Sociologia, que possuiria dois períodos, o dos Pensadores Sociais e da Sociologia de Cátedra; b) A Etapa Contemporânea da Sociologia, esta subdividida em três períodos, o da Sociologia Científica, o da Crise e Diversificação e o de Busca de uma Nova Identidade. Interessa-nos aqui o que ocorre a partir da segunda etapa, que segundo o autor:

A institucionalização acadêmica da Sociologia no Brasil ocorreu em meados da década de 1930, com a criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (1933) e com a criação da Seção de Sociologia e Ciência Política da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (1934). As tentativas, de relacionar o ensino e a pesquisa em Sociologia, ainda que limitadas e parciais em ambas as instituições, demarcam o início da chamada etapa da Sociologia Científica, a qual viria a ter seu apogeu em fins dos anos de 1950. (p. 382)

Este período é bastante interessante, dado que apesar de ocorrer apenas nos anos de 1930 a criação dos primeiros cursos de Ciências Sociais, a Sociologia já estava presente nos currículos escolares, tendo sido introduzida pelas Reformas Rocha e Vaz (1925) e Francisco Campos (1931) (SILVA, 2010; MORAES, 2011), ainda que tenha

ocorrido apenas um breve período de estabilidade, encerrado com a Reforma Capanema em 1942⁶. Segundo Oliveira (2013, p. 183):

Com esta Reforma encerra-se o momento de estabilidade vivenciado pela Sociologia nos currículos escolares, marcado, abertamente, por uma profunda indefinição de seu papel, ainda que vários sentidos tenham sido atribuídos ao seu ensino, que estavam atrelados diretamente à ideia da constituição de uma nação. O hiato que separa este período do processo paulatino de regresso desta disciplina aos currículos escolares, a partir dos anos de 1980 mostra-se emblemáticos. Há momentos democráticos, como aquele no qual é elaborada e aprovada a nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, seja na ditadura, possuindo em comum o fato de que a Sociologia como disciplina escolar permanecia ausente.

Sem embargo, apesar da íntima relação que poderia subsistir entre a presença e ausência da disciplina no currículo escolar e sua expansão no Ensino Superior, no caso das Ciências Sociais esta relação não ocorre de forma direta, tendo em vista que durante o seu período de ausência nos currículos escolares ocorre uma intensificação na criação dos cursos de graduação, e especialmente de pós-graduação, o que se acelera a partir da Reforma Universitária de 1968. Como nos indica Sarandy (2012), a lógica da legitimação da Sociologia altera-se substancialmente deslocando-se da escola para a Universidade, ocorrendo um verdadeiro “insulamento acadêmico” da questão do seu ensino.

Contudo, cabe ressaltar aqui que a expansão dos cursos de Ciências Sociais acompanhou a tendência mais geral observada no Ensino

6 Houve experiências pontuais de Ensino de Sociologia em período anterior, como no caso do Atheneu Sergipense ainda no final do século XIX. Todavia, as Reformas Rocha Vaz e Francisco Campos acabam por terem impactos mais significativos no processo de institucionalização dessa disciplina, uma vez que afetavam diretamente o currículo do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, que servia de modelo para outras escolas no Brasil.

Superior Brasileiro, especialmente a partir dos anos de 1970, o que pode ser atestado por uma vasta literatura na área (NEVES, 2002b; MARTINS, WEBER, 2010). Todavia, isso não foi plenamente acompanhado por tais cursos, no Brasil de modo geral e na Região Sul de modo particular, a partir dos anos de 1980. Pois, se por um lado, temos a partir de 1990 no Brasil um cenário em que:

A oferta de vagas cresceu, sobretudo no ensino privado, e um contingente de potenciais candidatos, composto de indivíduos que se encontravam fora do sistema de ensino, voltaram a pleitear a oportunidade de realizar um curso superior. Nesse processo, também não se pode menosprezar o impacto do Plano Real e dos ganhos do combate à inflação que abriram novas perspectivas para uma parcela importante da população de classe média baixa. Apesar disso, um aspecto significativo a destacar é que o aumento da demanda por mais ensino superior não significou alteração da estrutura da pirâmide educacional brasileira. (NEVES, RAIZER, FACHINETTO, 2007, p. 154)

Que se deu de forma concomitante a um aumento da diversificação na oferta institucional (NEVES, 2002a), envolvendo instituições não universitárias, o que fora acelerado pelo advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (lei nº 9.394/96). Por outro, no campo das Ciências Sociais a maior parte dos cursos continuou concentrada em instituições universitárias privadas, sem vivenciar uma intensa expansão na década de 1990. Buscarei a partir daqui realizar uma apresentação que nos possibilite compreender o contexto do cenário da formação de professores de Ciências Sociais na Região Sul, partindo de uma síntese da realidade de cada Estado.

2.1 Paraná

Dentre os Estados da Região Sul o Paraná foi aquele que primeiro contou com um curso de Ciências Sociais, na Universidade Federal do Paraná – UFPR em 1940, sediado na cidade de Curitiba. Em parte podemos explicar esse pioneirismo devido à proximidade com os grandes centros do país, especialmente São Paulo, região na qual se desenvolve primeiro as Ciências Sociais nos moldes científicos que se tornaram paradigmáticos no Brasil (MICELI, 1989).

Os demais cursos formadores de Ciências Sociais surgiram junto a três Universidades Estaduais, primeiramente na Universidade Estadual de Londrina (UEL) em 1973, na cidade de Londrina, depois na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) em 1998, em Toledo, e por fim na Universidade Estadual de Maringá (UEM) no ano de 2000, em Maringá. Estes são os cursos que se mantêm até 2008 como os únicos formadores de professores de Ciências Sociais no PR.

Destaquemos então uma particularidade neste cenário: apesar de todo o avanço existente a partir dos anos de 1970 do Ensino Superior privado no Brasil há aqui apenas instituições públicas. Mais que isso, há uma presença substancial das universidades estaduais, que representam 75% das agências formadoras. Neste sentido é relevante considerar que:

As universidades estaduais constituem um segmento bastante específico no conjunto do ensino superior do país. Ao contrário das universidades federais e particulares, elas encontram-se fora da alçada do MEC, uma vez que são financiadas e supervisionadas pelos seus respectivos estados, e por se encontrarem exclusivamente sob a supervisão da esfera estadual ficam relativamente à margem do sistema nacional de ensino superior do país. Nesse sentido, torna-se necessário produzir pesquisas mais sistemáticas sobre esse segmento para avaliar o seu potencial, integrá-lo às políticas nacionais voltadas ao ensino superior para a melhoria acadêmica do conjunto do sistema. (MARTINS, 2000, p. 45)

Chama a atenção o fato de que no PR a UEL assumiu a dianteira com relação à discussão em torno do Ensino de Sociologia na Educação Básica. Segundo Santos (2011, p. 60-61):

Pioneira nessa discussão, a Universidade Estadual de Londrina criou o projeto de extensão, a partir de 1994, intitulado “A reimplantação da Sociologia no 2º grau (1994-1998), que entre 1994-1996 conseguiu que 30% das escolas londrinenses incluíssem a Sociologia como disciplina diversificada em seus currículos.” (SILVA, 2007).

Além desse projeto, podem-se destacar outros: “A Sociologia no Ensino Médio”, iniciativa de todo o núcleo regional de Londrina, que passou a inserir em 1999 a Sociologia em suas escolas; e o “Laboratório de Ensino de Sociologia – LES”, com o objetivo de assessorar os professores com materiais didáticos, cursos e outras atividades. Entretanto, sua implementação ficou reduzida a essa localidade (SEED, 2008).

Este contexto se mantém de forma relativamente inalterada entre o final dos anos de 1990 e começo dos 2000, ao menos no que diz respeito à formação inicial nas Ciências Sociais, tendo em vista que com relação à formação em nível de pós-graduação há uma ampliação nesse mesmo período. Na UFPR o mestrado em Sociologia foi criado em 1995, e o doutorado em 2004, o mestrado em Antropologia em 1999 e o doutorado em 2013, o mestrado em Ciência Política em 2009 e o doutorado em 2012, nas demais instituições só há atualmente programas em nível de mestrado em Ciências Sociais, criados nos anos de 2000 na UEL, 2008 na UEM, 2010 na UNIOESTE. No que concerne à Pós-Graduação, chama a atenção o fato de que o programa da UEL criou a primeira linha de pesquisa em Ensino de Sociologia do país em 2011, o que demonstra um processo de consolidação nessa área no nível da pesquisa.

Contudo a partir de 2008 com o retorno da Sociologia ao currículo escolar, novos agentes sociais adentram nesse campo, o que se

dá principalmente por meio de instituições privadas e não universitárias, seguindo a tendência mais ampla que já encontrávamos no ensino superior brasileiro. Em pouco tempo as seguintes instituições passaram a ofertar novas licenciaturas em Ciências Sociais: a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC PR) criou em 2008 a licenciatura em Sociologia em Curitiba, que se transforma a partir de 2012 em Licenciatura em Ciências Sociais; a União de Ensino e Cultura de Guarapuava (UNIGUA) – 2010 em Guarapuava; a Faculdade Sagrada Família (FASF) – 2011 em Ponta Grossa; o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) – 2012, em Paranaguá; e por fim a Faculdade Vicentina (FAVI), em Curitiba teve a autorização para a abertura de 100 vagas da licenciatura em Ciências Sociais⁷, porém ainda não houve ingresso da primeira turma.

No Paraná ocorreu, portanto, uma mudança na qual se passou de uma exclusividade das universidades públicas na formação de professores de Ciências Sociais para um cenário mais diversificado e fragmentado. Saltou-se de quatro cursos para nove, um aumento de 125% no número total de cursos em apenas seis anos. Deste total, quatro (44%) são oferecidos por instituições privadas, e no total quatro (44%) encontram-se em instituições não universitárias. No que diz respeito às vagas, considerando o número delas autorizadas pelo MEC temos o seguinte cenário: UFPR (40), UEL (50), UNIOESTE (40), UEM (40), totalizando 170 vagas autorizadas entre as instituições existentes até antes da lei 11.684/08; a este total deve-se acrescentar as seguintes vagas: PUC PR (60), UNIGUA (60), FASF (100), IFPR (40), FAVI (100), ou seja, houve um acréscimo de 360 vagas autorizadas, o que representa um salto de 211% no número total.

7 Esses dados foram coletados por meio do endereço <http://emec.mec.gov.br> em 15 de dezembro de 2014.

2.2 Rio Grande do Sul

Dentre os três estados da Região Sul o RS foi o primeiro a introduzir a Sociologia no seu currículo escolar, todavia, deve-se considerar que:

O ensino de Sociologia no Rio Grande do Sul segue a tendência observada em nível nacional, no que se refere à descontinuidade e à fragmentação de sua presença nas escolas de educação básica. Por isso, o ensino de Sociologia tornou-se uma das principais bandeiras de luta dos movimentos organizados dos sociólogos gaúchos.

Assim, desde a organização da pioneira Associação Gaúcha dos Sociólogos (AGS), na década de 1960, até a fundação do Sindicato dos Sociólogos (SinSociólogos-RS), no final da década de 1980, a luta pela obrigatoriedade da Sociologia nas escolas gaúchas mobiliza a categoria dos profissionais ligados às Ciências Sociais.

Nesse contexto, em 23 de dezembro de 1988, o governador Pedro Simon (PMDB) aprovou a lei nº 8.774, que dispunha sobre a obrigatoriedade das disciplinas Sociologia e Filosofia no ensino médio. Entretanto, na prática, essa lei nunca entrou em vigor, o que deixou essas disciplinas em uma posição marginal nos currículos escolares (RAIZER, MEIRELLES, PEREIRA, 2011, p. 166).

Temos assim, portanto, um cenário no qual a institucionalização em nível estadual do Ensino de Sociologia não conseguiu angariar forças suficientes para transformar substancialmente a realidade local, ainda que estejamos nos referindo a um cenário dinâmico. Conforme Pereira (2007, p. 135-136):

Verificou-se que de 2001 a 2006 houve um aumento considerável da oferta de Sociologia nas escolas estaduais, independentemente da existência de uma lei que a tornasse obrigatória. Constatou-se que, em 2001, das escolas estaduais 26% oferta-

vam a Sociologia em seus currículos. Essa porcentagem passa a 41% em 2004 e quase 43% em 2006 (...) Observa-se que esse incremento se dá antes do Parecer 38/2007, que se posiciona favorável à obrigatoriedade da Sociologia no ensino médio.

A mesma autora aponta ainda, baseada no Censo escolar do RS, que apenas 15,5% dos professores que lecionam Sociologia possuíam a formação inicial em Ciências Sociais. De forma sintética, poderíamos indicar que a introdução da Sociologia no RS ainda no final dos anos de 1980 não foi capaz de alterar completamente a realidade do ensino dessa ciência na Educação Básica, todavia, criou um cenário em que houve pontos que avançaram com relação ao resto do Brasil, como o crescimento da presença dessa disciplina antes de 2008 nas escolas.

No caso específico do RS, cabe ressaltar uma questão trazida por Mocelin e Raizer (2014, p. 113):

(...) o CEED/RS também considerava apto para lecionar Sociologia, até 2012, os que possuíam formação em Bacharelado em Sociologia ou Ciências Sociais com Licenciatura em outra disciplina; Licenciatura com Pós-Graduação em Sociologia ou Ciências Sociais; Licenciatura em Filosofia; Bacharelado em Filosofia, com Licenciatura Plena em outra disciplina; Licenciatura em História; e, Licenciatura em Pedagogia, desde que o docente apresentasse no seu histórico escolar, no mínimo, cento e vinte horas cursadas da disciplina de Sociologia.

Ou seja, devido a tais características é possível encontrar na rede estadual de ensino do RS professores que não possuem licenciatura em Ciências Sociais, mas que ainda assim ocupam de forma legal o cargo de professores de Sociologia. Em todo o caso, cabe ainda ressaltar outro dado trazido pelos autores, que diz respeito não apenas ao crescimento de oferta das licenciaturas na área – como estamos destacando nesse artigo – mas também uma pequena queda no número de concluintes.

Em termos de agências formadoras de professores nessa área do saber havia o seguinte cenário até 2008 em termos de criação de cursos: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC RS) – 1940, em Porto Alegre; na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – 1959, em Porto Alegre; na Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS) – 1958, em São Leopoldo; na Universidade Regional da Campanha (URCAMP), em Bagé no ano de 1965 e em Caçapava do Sul em 1997; na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – 1996, em Pelotas; Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) – 2003, em Santa Cruz do Sul.

Diferentemente do que havia no PR, no RS o cenário era mais plural em termos de instituições, indicando uma maior presença do setor privado na formação de professores de Ciências Sociais, as universidades públicas representavam nesse momento apenas 28% do número de cursos. Ainda que essa diversidade não se replique no ponto que se refere ao tipo de instituição, pois todas são instituições universitárias, assentadas, portanto, no ensino, na pesquisa e na extensão.

Das seis instituições listadas 4 delas (66%) possuem pós-graduação *stricto sensu* em Ciências Sociais, a UFRGS criou o mestrado em Sociologia e em Ciência Política em 1973, e em Antropologia em 1979, e seus respectivos doutorados em 1994, 1996 e 1991, nas demais instituições foram criados programas em Ciências Sociais, na UNISINOS o mestrado em 1999 e o doutorado em 2006, na PUC RS 2005 e 2010 respectivamente, e na UFPEL inicialmente tratava-se de um mestrado em Ciências Sociais que entrou em funcionamento em 2006, porém ele se desdobrou em 3 programas o de Ciência Política em 2011, o de Sociologia e o de Antropologia, ambos criados em 2012.

Observa-se, desse modo, que via de regra a formação de professores de Ciências Sociais no RS estava alocada em instituições consolidadas, dedicadas além da atividade do ensino à pesquisa e à extensão, o que não se dá sem sobressaltos, pois, segundo Pavei (2008), ao analisar a formação de professores de Ciências Sociais na UFRGS, o processo de valorização do bacharel em detrimento da formação do professor, o que segue uma tendência nacional que já fora apontada por Moares (2003).

O cenário inaugurado em 2008 leva à abertura de novos cursos, embora que, considerando que dentre os três Estados da região o RS era o que já contava com o maior número, o aumento foi proporcionalmente mais tímido (50%). Apenas três novos cursos surgiram nesse momento, todos no ano de 2010, as licenciaturas em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) em Erechim, da Universidade de Caxias do Sul (UCS) em Caxias do Sul, e a licenciatura em Sociologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em Santa Maria. Esses novos cursos demarcam uma continuidade ao se manterem em instituições universitárias exclusivamente, porém diferentemente do primeiro grupo, há nesse uma participação mais efetiva do setor público, que corresponde a dois terços dos novos cursos, o que é mais uma característica que vai na contramão da expansão do Ensino Superior brasileiro, o que nos remete ao movimento pendular existente em nosso sistema de ensino entre o Estado e o Mercado (CUNHA, 2004). Desses três a UFSM já contava desde 2008 com um mestrado em Ciências Sociais e com um bacharelado na área.

Com relação ao número total de vagas aprovadas pelo MEC, o cenário que havia era o seguinte: PUC RS (60), UFRGS (50), UNISINOS (40), URCAMP (60) – contabilizando os dois campi), UFPEL (40), UNISC (50), totalizando 300 vagas autorizadas, as quais foram acrescidas UFFS (50), UFSM (40), UCS (40), totalizando um aumento de 43% no número de vagas autorizadas pelo MEC para a formação de professores de Ciências Sociais/Sociologia.

2.3 Santa Catarina

A introdução da Sociologia neste Estado se deu ainda no final dos anos de 1990⁸, porém ao menos desde os anos de 1980 encontramos referência ao debate pela reintrodução dessa disciplina no currículo escolar⁹,

8 A Sociologia foi introduzida em SC por meio de uma Lei Estadual em 1998 (LC 173/98).

9 Ao final do IV Congresso Catarinense de Sociologia, realizado entre 30 de maio e 1º de junho de 1980 na cidade de Lages, houve a aprovação de algumas moções

em todo caso, assim como nos demais Estados analisados, não eximiu da necessidade de que os profissionais das Ciências Sociais tivessem que se empenhar na busca por legitimidade desta ciência no currículo escolar. Outra questão que se repete é a ausência de profissionais com formação inicial nas Ciências Sociais. Segundo Jinkings (2011, p. 111):

As entrevistas realizadas com os professores de Sociologia da Grande Florianópolis revelam a necessidade, premente, de um desenvolvimento da reflexão e discussão coletivas no campo da metodologia do ensino de ciências sociais, que articulem as questões relacionadas às finalidades do ensino da disciplina, conteúdos a serem trabalhados e métodos de ensino. Isto porque os depoimentos dos professores, cerca de 40% não formados na área, apresentam concepções metodológicas bastante diferenciadas – e muitas vezes equivocadas – do ensino da Sociologia nas escolas de nível médio.

Esses dados também confluem com os apresentados por Rosa (2009) em sua pesquisa, que indica ainda que a maior parte dos professores dessa área buscou alguma forma de formação continuada, normalmente custeando-as.

Dentre os Estados analisados SC foi aquele que apresentou o menor número de instituições formadoras de professores em Ciências Sociais até 2008, contando apenas com os cursos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – 1972, em Florianópolis, Universidade Regional de Blumenau (FURB) – 1987, em Blumenau, e a Universidade do Contestado (UNC) – 2003, em Canoinhas¹⁰.

por deliberação da Assembleia Geral da Sociedade Catarinense de Sociologia, dentre elas estava a moção “Pela reintrodução das disciplinas de Sociologia e Filosofia nos currículos de 2º grau” (UFSC, 1980).

10 O curso de licenciatura em Ciências Sociais da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC) na cidade de Lajes teve sua autorização para funcionamento por meio do parecer nº 48/70/CEE/SC de 14 de maio de 1970, todavia o curso não encontra-se mais em funcionamento.

Nesse sentido, o cenário de SC aproxima-se daquele existente no RS, por contar exclusivamente com a formação universitária, porém capitaneada pelas instituições privadas, apenas um curso (33%) estava alocado em uma instituição pública, a única que ofertava pós-graduação *stricto sensu* em Ciências Sociais, por meio dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Política e em Antropologia, cujos mestrados foram criados em 1985 e os doutorados em 1999.

No caso de SC é relevante ressaltar os esforços que foram empreendidos no começo dos anos 2000 para incitar o debate sobre o Ensino de Sociologia, e sobre a formação de professores nessa área. Em 2003 é promovido o I Seminário Estadual de Ensino de Filosofia e Sociologia, que teve como um dos resultados mais exitosos a criação do Laboratório Interdisciplinar de Ensino de Filosofia e Sociologia - LEFIS, que iniciou suas atividades em 2004, no Colégio Estadual Simão José Hess, localizado no bairro Trindade, em Florianópolis. Segundo Coan (2006, p. 90):

[...] o sentido da criação do LEFIS está apontando para uma cultura nova, uma nova perspectiva, levando em conta o conjunto de pessoas envolvidas no processo educacional. Professores das universidades e do ensino médio, bem como alunos, em atividades de ensino, de formação, de promoção de eventos e elaboração pedagógica e didática, têm no LEFIS, mais que um espaço físico, um espaço de relação e crescimento e fortalecimento das humanidades.

Tal questão mostra-se relevante, na medida em que a ausência de comunicação entre a Universidade e a Escola pode ser compreendida como um elemento limitador para o aprimoramento da disciplina de Sociologia na Educação Básica (CAREGNATO, CORDEIRO, 2011). E como nos indica Lima (2013), por meio dos laboratórios de ensino temos a possibilidade de acompanhar mais efetivamente os egressos, portanto, tal iniciativa pode ser compreendida como um avanço na discussão local, que se atrela, indubitavelmente, ao fato da disciplina constar como obrigatória por meio da legislação estadual.

Assim como os demais estados da Região, também em SC houve um aumento considerável do número de cursos de formação de professores de Ciências Sociais nesse período, tendo surgido sete novos cursos, dois deles se utilizando da terminologia Ciências Sociais, como o da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – 2010, em Chapecó, e o da UNC na cidade de Mafra, que ainda não iniciou suas turmas, os cinco demais utilizam-se da denominação Sociologia, o Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI) – 2009, em Rio do Sul; a Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ) – 2009, em Chapecó; a Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) – 2009, em Joinville; a Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) – 2012, em São Miguel do Oeste; e a Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), em Araranguá, que ainda não iniciou as atividades de suas turmas.

Há, portanto, um aumento de 233% no número de cursos formadores de professores de Ciências Sociais nesse período, e contabilizando-se as vagas autorizadas havia o seguinte considerando os cursos existentes até 2008: UFSC (90), FURB (45), UNC (50), tendo surgido as novas vagas referentes à UNC (50), UFFS (85), UNIDAVI (40), UNOCHAPECÓ (40), UNIVILLE (40), UNOESC (40), UNISUL (80). Significa dizer que ocorreu um aumento de 202% no número total de vagas autorizadas, mantendo-se o cenário predominante de formação em instituições universitárias, ainda que haja nesse momento também a existência de um Centro Universitário¹¹. Também se percebe que o processo de expansão da oferta dessa formação se deu principalmente por meio do setor privado, ocorrendo uma diminuição em termos proporcionais da participação do setor público, que agora re-

11 Segundo o Decreto nº 5.773/06 Centros Universitários são instituições de ensino superior pluricurriculares, abrangendo uma ou mais áreas do conhecimento, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico, oferecida à comunidade escolar. Os centros universitários credenciados têm autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior. O principal elemento diferenciador das universidades refere-se à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

presenta apenas 20% de tais cursos, podemos afirmar assim que houve uma expansão conservadora no que tange aos cursos de formação de professores de Ciências Sociais em SC (OLIVEIRA, 2016).

3. A formação de professores de Ciências Sociais na região Sul após a lei 11.684/08

A expansão dos cursos de formação de professores de Ciências Sociais na Região Sul possui aspectos singulares, que remetem a uma expansão tardia, se compararmos com o intenso incremento do Ensino Superior brasileiro vivenciado a partir dos anos de 1970, e principalmente de 1990, que passa a ser propulsionada principalmente pelo reingresso da Sociologia no currículo escolar, considerando tanto a conjuntura local, quanto a nacional, tendo em vista que, se compararmos com outras regiões do país, essa foi juntamente com o nordeste a que criou o maior número de novos cursos de formação de professores de Ciências Sociais, ainda que no caso do nordeste essa expansão tenha sido assentada, sobretudo, pelo setor público (OLIVEIRA, 2015).

Como observado até aqui, apesar desses Estados contarem em suas legislações com a Sociologia no currículo escolar antes da reintrodução em nível nacional apenas esse elemento não teve força suficiente para a consolidação dessa ciência no Ensino Médio. Nessa direção, chama a atenção o caso da atuação da UEL em sua região, o que indica o relevante papel desempenhado pela universidade no diálogo mais amplo com a sociedade civil e o Estado. Neste sentido, mostra-se relevante a seguinte colocação de Silva (2006: 245-246):

O processo de reorganização dos saberes no Paraná, nos anos de 1980 e 1990, contou com mecanismos de contextualização e recontextualização que envolviam: 1) relações entre os professores da UFPR e da UEL com intelectuais dos estados de São Paulo, de Minas Gerais, Santa Catarina, entre outros; 2) a relação desses intelectuais com os assessores da SEED-PR; 3) a relação simultânea entre os professores da UFPR e da UEL, mais

intelectuais reconhecidos nacionalmente e assessores da SEED-PR. Basicamente, na SEED-PR os vínculos diretos corriam com a UFPR; e no Núcleo de Educação Regional de Londrina os vínculos firmavam-se com a UEL.

Esta questão também é importante para pensarmos as diferenças existentes entre os três estados, dado que no PR a formação de professores de Ciências Sociais até 2008 estava sob a responsabilidade exclusiva de universidades públicas, e o processo de expansão vivenciado implicou num recuo da presença do setor público e da formação universitária, que passaram a representar 66% dessa formação, sendo ainda predominante, apesar da redução considerável em pouco tempo.

Em SC e no RS a presença do setor privado já se fazia sentir de forma mais enfática no período anterior a 2008, em ambos os estados as universidades públicas eram as responsáveis por apenas um terço dos cursos de formação de professores de Ciências Sociais; esse índice caiu em SC para 20%, porém no RS subiu para 44%, o que indica a relevância que o setor público teve nesse estado nesse processo de expansão. Em todo caso a formação continuou predominantemente universitária nesse contexto.

Havia até o período anterior a 2008 quatorze cursos de formação de professores de Ciências Sociais na Região Sul, destes sete estavam em universidades públicas, ou seja, 50% deles, e todos em instituições Universitárias. Tais dados por si só colocam os cursos de Ciências Sociais na contramão do que observamos no cenário nacional no mesmo período, em que há um predomínio absoluto das instituições privadas, principalmente as não universitárias (MARTINS, 2000).

Podemos levantar como hipótese para explicar esse cenário o fato de que no período anterior à introdução da Sociologia no currículo escolar o curso de Ciências Sociais era ofertado por instituições nas quais a pesquisa era um elemento relevante, daí sua presença exclusiva nas universidades, o que não se reverberou em um incremento significativo no número de cursos no período em que inicia uma ace-

lerada expansão do Ensino Superior Brasileiro (considerando aqui especialmente a década de 1990), dado o restrito mercado de trabalho, mesmo considerando a introdução da Sociologia pelas Secretarias Estaduais de Educação.

Com a reintrodução da Sociologia no Ensino Médio em nível nacional teria ocorrido a expansão tardia desses cursos, de tal modo que a exclusividade da formação universitária é perdida. Dos quinze novos cursos que surgiram – demarcando uma expansão de 107% no número de cursos em apenas seis anos – cinco estão alocados em instituições não universitárias, representando 18% do número de cursos, e do total apenas quatro cursos surgiram entre instituições públicas, representando cerca de 30% dos novos cursos.

Se até 2008 metade dos cursos de formação de professores de Ciências Sociais nesta região estavam alocados em instituições públicas, esse índice cai para 40% até 2015, o que em todo caso é um cenário bastante heterogêneo, dado que no RS houve uma ampliação da participação do setor público, e já no PR e em SC ocorreu uma queda mais considerável.

Chama a atenção o fato de que entre os novos cursos, à exceção da UFSM que já possuía um bacharelado, todos funcionam ofertando exclusivamente a habilitação da licenciatura, o que faz com que relativizemos o fato da formação universitária ainda ser predominante, tendo em vista que a oferta exclusiva da licenciatura pode indicar uma perspectiva mais instrumental com relação à formação de professores de Ciências Sociais, visando suprir unicamente a uma demanda de mercado, sem, necessariamente, haver uma preocupação com a produção do conhecimento em nível de pesquisa.

Este mesmo fenômeno pode ser ainda interpretado por outro viés, compreendendo o ganho de autonomia da licenciatura com relação ao bacharelado, inclusive ante a possibilidade do desenvolvimento de pesquisas, o que refletiria um conjunto de diretrizes que têm sido elaboradas em torno da formação inicial docente, em muitos desses cursos há o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), por exemplo.

Por fim, é necessário frisar que houve um descompasso entre a expansão das graduações em Ciências Sociais e dos Programas de Pós-Graduação, que praticamente se estabilizaram no começo de 2008 nessa região, permanecendo concentrados em instituições públicas de ensino, o que segue uma tendência estabelecida em nível nacional (LIMA, CORTES, 2013), ainda que no caso do RS haja uma participação considerável do setor privado nesse segmento, com programas bastante consolidados

A recente elaboração da proposta de um mestrado em rede voltado para professores de Sociologia que atuam na Educação Básica (ProfSocio)¹², pode se apresentar como uma interessante saída para este dilema. Certamente a partir de alguns resultados positivos que tem havido com o Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio junto à Fundação Joaquim Nabuco (ZARIAS, MONTEIRO, BARRETO, 2014), bem como com a linha de pesquisa em Ensino de Sociologia junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, pode-se supor que esta interface entre a pós-graduação e a Educação Básica tende a trazer ganhos substanciais ao Ensino de Sociologia.

Considerações finais

Ainda que devamos ressaltar a pluralidade de cenários que encontramos entre os estados da Região Sul no que diz respeito ao campo de formação de professores de Ciências Sociais, é válido apontar que algumas tendências se mostram mais gerais, demarcando características idiossincráticas.

12 O modelo do ProfSocio segue o modelo de outras experiências já existentes como a do ProfMat, inserindo-se dentro das ações previstas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) que almeja que até 2020 metade dos professores da Educação Básica tenham formação em nível de pós-graduação. Aderiram na proposta inicial do ProfSocio as seguintes instituições: FUNDAJ (coordenação nacional do ProfSocio), Colégio Pedro II, UEL, Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Federal do Paraná (UFPR), UFCG Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), UFRN, UFC, UNESP/Marília, Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA).

O processo de reintrodução da Sociologia em nível nacional formulou um marco para as Ciências Sociais nessa região, de um modo que as legislações locais ainda não haviam conseguido, tendo em vista que a reintrodução dessa disciplina no currículo escolar nessa região entre o final dos anos de 1980 e o final dos anos de 1990 não foi capaz de fomentar a criação de novos cursos de Ciências Sociais voltados para a formação de professores como ocorreu através da lei nº 11.684/08. Como efeito, se compararmos com o processo de expansão do Ensino Superior brasileiro verificaremos uma expansão tardia das Ciências Sociais, que, desse modo, se atrela diretamente à legitimidade institucional da Sociologia na Educação Básica.

Esta expansão tardia foi capitaneada pelas instituições privadas, especialmente nos estados do PR e SC, e com predominância universidades, com destaque para RS e SC. Essa primeira característica segue uma tendência geral do Ensino Superior brasileiro, ainda que em menor grau, já a segunda vai na contramão dessa tendência, uma vez que o processo de diversificação desse segmento de ensino levou a uma profusão mais acelerada de instituições não universitárias.

Esta breve análise nos possibilita indicar que a legitimação e institucionalização da Sociologia na Educação Básica possui uma relevância fundamental para a consolidação das Ciências Sociais no Ensino Superior, ainda que se trate de um processo incipiente, cujos resultados mais significativos só poderão ser sentidos a médio e longo prazo. Sendo assim, a relação entre Ensino Superior e Educação Básica mostra-se ainda mais complexa, pois, a existência de um contingente de professores de Sociologia com formação inicial na área mostra-se como um elemento indispensável para a consolidação dessa ciência no currículo escolar.

Se pudermos realizar algum prognóstico, diríamos que a tendência mais geral é que haja uma participação cada vez maior do setor privado, especialmente por meio de instituições não universitárias, o que vai depender da consolidação da Sociologia na Educação Básica.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei n.º 11.684, de 2 de junho de 2008. Altera o art. 36 da lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, 3 de junho de 2008.

BRASIL. Parecer n.º 713/85, de 8 de outubro de 1985. Consulta sobre a possibilidade de criação de habilitação em história, geografia e educação moral e cívica, na modalidade licenciatura plena, no curso de ciências sociais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 4 de novembro de 1985.

BRASIL. Parecer n.º 233/87, de março de 1987 (sem indicação de dia). Indicação n.º 9/85. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 de março de 1987.

CAREGNATO, C. E.; CORDEIRO, V. C.. (2011), Ensino de Sociologia na Escola e a Universidade: reciprocidade necessária. In: CAREGNATO, C. E., GENRO, M. E. H.. (Org.). **Sociologia e Filosofia, para quê?** Diálogos com Protagonistas na Escola. Porto Alegre: NIUE/Prorext Editora da UFRGS, pp. 19-34.

CARIDÁ, A. C. B. B. (2014), **Sociologia no Ensino Médio: diretrizes curriculares e trabalho docente**. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

COAN, M.. (2006), **A Sociologia no Ensino Médio, o Material Didático e a Categoria Trabalho**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CÔRREA, V. (2012), Sociologia e Filosofia no Ensino Médio de Santa Catarina: as contribuições de um laboratório de ensino. In: SOUSA, F. P. de (org.). **Sociologia: conhecimento e ensino**. Florianópolis: Editora em Debate, pp. 179-206.

CUNHA, L. A. C. R.. (2004). Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: Estado e mercado. **Educação e Sociedade**, v. 25, n.88, pp. 795-817.

JINKINGS, N. (2011), A Sociologia em escolas de Santa Catarina. **Inter-legerre**, s/v, n. 9, pp. 103-117.

LIEDKE FILHO, E. D. (2005), A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. **Sociologias**, v. 7, n.14, p. 376-436.

LIMA, A. M. de S. (2013), Os Laboratórios de Ensino de Sociologia. **Revista Coletiva**, s/v, n 10. Disponível em: <<http://www.coletiva.org/site/>

index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=148&Itemid=76&idrev=13> último acesso em 20 de maio de 2015.

LIMA, J. C.; CORTES, S. M. V. (2013), A sociologia no Brasil e a interdisciplinaridade nas ciências sociais. **Civitas**, v. 13, n. 2, pp. 416-435.

MARTINS, C. B. C.. (2000), O Ensino Superior Brasileiro nos anos 90. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14,n. 1, pp. 41-60.

MARTINS, C. B.; WEBER, S. (2010), Sociologia da Educação: democratização e cidadania. In: MARTINS, C. B.; MARTINS, H. H. T. de Souza. **Sociologia**. São Paulo: ANPOCS. pp. 131-201.

MICELI, S.. (1989), Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. In: MICELI, S.. (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Vértice/IDESP/FINEP, pp. 72-110.

MOCELIN, D.; RAIZER, L. (2014), Ensino da Sociologia no Rio Grande do Sul: histórico da disciplina, formação do professor e finalidade pedagógica. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 2, n. 3, pp. 101-127.

MORAES, A. C. (2011), Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. **Cadernos CEDES**, v. 31, n° 85, pp. 359-382.

MORAES, A. C. . (2003), Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato. **Tempo Social**, v. 15, n.1, pp. 05-20.

NEVES, C. E. B. (2002a), A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A.. (Org.). **A Educação Superior no Brasil**. Brasília: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pp. 43-69.

NEVES, C. E. B.. (2002b), Estudos Sociológicos sobre Educação no Brasil. In: MICELI, S. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira 1970-2002**. São Paulo; Brasília: Editora Sumaré; CAPES, pp. 351-437.

NEVES, C. E. B.; RAIZER, L.. FACHINETTO, R. F. (2007), Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. **Sociologias**, v. 9, n 17, pp. 124-157.

OLIVEIRA, A. (2016), A Expansão Conservadora dos Cursos de Formação de Professores em Ciências Sociais em Santa Catarina. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 13, n. 25, p. 87-103.

OLIVEIRA, A. (2015), Cenários, Tendências e Desafios na Formação de Professores de Ciências Sociais no Brasil. **Política & Sociedade**, v. 14, n 31, p. 38-61.

OLIVEIRA, A. (2013), Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação Básica. **Acta Scientiarum. Education**, v. 35, n, 2, pp. 179-189.

PAVEI, Katiuci. (2008), **Reflexões sobre o ensino e a formação de professores de sociologia**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PEREIRA, L. H.. (2007), Qualificando o ensino da sociologia no Rio Grande do Sul. In: PLANCHEREL, A. A.; OLIVEIRA, E. A.. (Org.). **Leituras sobre Sociologia no Ensino Médio**. Maceió: EDUFAL, pp. 135-150.

RAIZER, L.; MEIRELLES, M.; PEREIRA, T. (2011), Ensino de sociologia no Rio Grande do Sul: desafios de formação docente e de metodologia de ensino. In: OLIVEIRA, D. D. de; RABELO, D.; FREITAS, R. A. de Freitas. (Org.). **Ensino de sociologia: currículo, metodologia e formação de professores**. Goiânia: UFG/FUNAPE, v. 01, p. 165-187.

ROSA, M.. (2009), **O Trabalho Docente com a Disciplina de Sociologia**: algumas reflexões sobre o ser professor no ensino médio da rede pública de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SANTOS, M. B.. (2004), A Sociologia no Contexto das Reformas do Ensino Médio. In: CARVALHO, L. M. G. de. (org.). **Sociologia e Ensino em Debate**: experiências e discussão de sociologia no ensino médio. Ijuí: Ed. Unijuí, pp. 131-180.

SANTOS, R. O. dos. (2011), **A Implantação da Sociologia nas Instituições Privadas Paranaenses**: um estudo sociológico. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

SARANDY, F. (2012), Ensino de Sociologia: insulamento e invisibilidade de uma disciplina. In: FIGUEIREDO, André Videira de; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; PINTO, Nalayne Mendonça (orgs.). **Sociologia na Sala de Aula**: reflexões e experiências docentes no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, pp. 47-72.

SILVA, I. L. F. (2006), **Das fronteiras entre ciência e educação escolar**: as configurações do ensino de ciências sociais/sociologia no estado do Paraná (1970-2002). Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, I. L. F. . (2010), O Ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: MORAES, A. C. de (org.). **Coleção Explorando o Ensino de Sociologia**. Brasília: MEC, pp. 23-31.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC. (1980), **Boletim de Ciências Sociais**. s/v, nº 17. (1980).

ZARIAS, A.; MONTEIRO, A.; BERRETO, T. V. (2014), Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio: a experiência nos horizontes da formação continuada para professores. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 2, n. 3, pp. 129-152.